

**Movimentos Religiosos e Sistema Econômico – alienação,
complementação e emancipação**

Religious Movements and the Economic System – alienation,
complementation and emancipation

Carlos Eduardo Pinto Procópio¹

[procopio@yaho.com.br]

Resumo

A proposta deste trabalho é analisar o tema das relações entre Movimentos Religiosos e Sistema Econômico. Procurando articular observação com teorização, o que se pretende é demonstrar como tal relação pode tomar uma tripla consequência: alienação, complementação e emancipação. Partindo da observação de um grupo de jovens universitários católico-carismáticos (ao mesmo tempo estagiários em empresas públicas e privadas e voluntários de projetos sociais apoiados pela RCC), procurarei medir como o vetor religião modula as suas condutas diante do mercado de trabalho com a qual vivem defrontados.

Palavras-chave: Religião; Sistema Econômico; Condutas.

Abstract

The purpose of this study is to analyze the issue of relations between Religious Movements and the Economic System. Trying to articulate observation with theory, the aim is to demonstrate how this relationship can take a threefold result: alienation, emancipation and complementation. Starting from the observation of a group of young Catholic Charismatic college students (while interns in public and private companies and volunteers social projects supported by the CCR), how the vector religion modulates their behavior in the job market with which these students are faced will also be addressed in this work.

Key words: Religion; Economic System; Behaviors.

¹ Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Introdução

A proposta deste trabalho é analisar o tema das relações entre Movimentos Religiosos e Sistema Econômico. Procurando articular observação com teorização, o que se pretende é demonstrar como tal relação pode tomar uma tripla consequência: alienação, complementação e emancipação. Partindo da observação de um grupo de jovens universitários católico-carismáticos (ao mesmo tempo estagiários em empresas públicas e privadas e voluntários de projetos sociais apoiados pela RCC), procurarei medir como o vetor religião modula as suas condutas diante do mercado de trabalho com a qual vivem defrontados. Nesse sentido a religião fará a diferença, mas de formas diferentes em cada caso. Desta observação partirei para a construção de uma tipologia, na sua essência sennetiana, que permitirá enquadrar os comportamentos do seguinte modo: 1) a religião é usada fora do sistema econômico, tornando-se uma “válvula de escape”; 2) a religião é usada como algo a mais no sistema econômico, na medida em que um conjunto de princípios gestados no universo religioso (disciplina, ética, etc.) está afim com princípios econômicos vigentes; 3) a religião é usada como uma forma de ruptura com o sistema econômico, uma vez que consegue criar um espaço de empregabilidade em potencial que pode agregar esses jovens, através de projetos sociais cada vez maiores e com grande circulação de capital.

Os dados que se seguem foram obtidos na observação dos Grupos de Oração Universitários (GOU). Esses grupos de orientação católico-carismática estão presentes nas universidades brasileiras, onde desenvolvem um grande número de atividades ligadas à prática universitária (Procópio, 2009). Algumas dessas atividades estão relacionadas ao mercado de trabalho, à medida que o próprio GOU desenvolve junto à universidade e à sociedade projetos onde cada universitário pode colocar em prática aquilo que aprendeu dentro das salas de aula e laboratórios. Para os universitários que frequentam os GOUs, esses projetos podem servir tanto como escape diante da realidade competitiva que dizem viver dentro da universidade quanto como um instrumento pelo qual podem conhecer outras formas de se relacionar com a vida profissional.

Parte dos estudos sobre GOUs tem focado nessa relação entre religião e sistema econômico. Eduardo Gabriel (2005) faz uma análise da presença católico-carismática na universidade frisando que os universitário dos GOUs estão interessados

em instrumentalizar o espaço acadêmico por ser ele capaz de fornecer profissionais qualificados e lideranças para a sociedade. Isso contribuiria para a ampliação do projeto da RCC/Igreja Católica, projeto este que visa influenciar na sociedade e fornecer especialistas para os diversos projetos do movimento carismático. Gabriel conclui disso que a intenção do Movimento dos GOUs é “formar uma elite carismática de ponta”, que seria responsável por gerir tanto os projetos da RCC quanto a sociedade, a medida em que os universitários (formados) passarem a ocupar posições políticas e administrativas naquelas, ampliando e/ou implementando um jeito católico-carismático de ação no mundo (Gabriel, 2005, p. 38 ss.).

O estudo de Adilson Nóbrega apresenta a atividade da RCC na universidade centrada num princípio de reorientação ética de futuros profissionais, visando constituir o que no cotidiano dos GOUs se conhece por “profissionais do reino”. Para o autor, o que se coloca em jogo são princípios de vida religiosos que venham a orientar a vida profissional dos estudantes desde a universidade. Nesse sentido o “exemplarismo” (ser bom aluno, bom empregado, etc.) seria o modo utilizado no cotidiano pelos universitários e profissionais para enfrentar uma realidade reconhecida por eles como egoísta e exacerbadamente competitiva (Nóbrega, 2007, p. 79 ss.).

Elizabeth Alvarenga (2002) e Alessandra Rosa (2007) também se dedicaram a refletir tanto sobre a preocupação com a formação profissional por parte dos GOUs, quanto situando esse Movimento como um tipo de comunidade/família onde os estudantes poderiam buscar conselhos, amparos e perspectivas. Ambas apontaram ainda para a capacidade que teriam os GOUs em socializar um tipo de profissional preocupado com o próximo, ético e interessado socialmente, dando vazão para um modelo desejado pela RCC.

Contudo, esses estudos sobre RCC e universidade se resumiram ou em avaliar um posicionamento defensivo dos grupos católicos carismáticos na universidade a partir da lógica comunitária/familiar, ou em apresentar as ponderações do movimento em formar profissionais diferenciados dos que existiriam na sociedade. Sendo assim, esse artigo tem a pretensão de explorar melhor a relação dos católicos carismáticos com o espaço universitário resumindo-se, entretanto, às questões voltadas para o sistema econômico, levando em conta as inevitáveis negociações que são estabelecidas entre ambos.

Situando-se no fluxo das abordagens que focam a (re)composição/hibridização das relações entre religião e espaço público (Birman, 1992; Camurça, 2007; Giumbelli, 2002; Silveira, 2003) pretendo priorizar as negociações estabelecidas entre os estudantes universitários católicos carismáticos e as características do meio onde se insere. Para tanto vai ser preciso olhar atentamente para as falas e práticas daqueles estudantes e desenvolver um exercício reflexivo que possa demonstrar até que ponto essas falas e práticas estão em consonância com o contexto onde eles estão inseridos e/ou respondem aos interesses desses estudantes.

A teoria de Richard Sennet

Richard Sennet demonstrou que as mudanças geradas pelo que chamou de novo capitalismo (evidenciado a partir do último quartel do século XX) geraram um processo de subtração dos laços de compromisso e confiança entre os sujeitos. Esse processo derivou-se da mudança de foco no tempo (produção), que deixou de ser pensada a longo prazo e passou a ser estimada a curto prazo, o que acabou centrando a vida social na fluidez e na flexibilidade (Sennet, 2007, p. 25-33).

A fluidez e a flexibilidade foram as formas encontradas para superar as rotinas do trabalho, visando permitir uma maior liberdade para a criatividade e inventividade humana. Entretanto, essas práticas voltaram-se de forma mais incisiva sob “as forças que dobram as pessoas (Sennet, 2007, p. 53), ou seja, sob os mecanismos que condicionam os sujeitos a uma nova economia política em que o capital se transforma e se consolida através da capacidade adaptativa das pessoas a novas formas de vida (novos produtos, novos estilos, etc.), geralmente efêmeras”.

Sennet (2007, p. 54) afirma que seriam três os elementos constituintes do sistema de poder da flexibilidade: 1) “a reinvenção descontínua de instituições”; 2) “a especialização de produção”; e 3) “a concentração de poder descentralizado”. O primeiro diz respeito à ênfase que passou a ser dada na produtividade, levando muitas empresas a enxugarem seu corpo de empregados, tendo por consequência uma menor afetividade entre empregado e empresa (Sennet, 2007, p. 55-58). O segundo, por sua vez, é fruto da entrada constante de novos produtos no mercado consumidor, levando a uma maior diversificação do sistema produtivo das empresas, que passa a operar a mercê das demandas daquele mercado. Para Sennet (2007, p. 59-60) esse processo

rompe com o fordismo, já que demandas novas exigem mudanças de tarefas, levando os trabalhadores ao domínio de várias funções. Por fim, o terceiro elemento, que traduz não o fim das estruturas, mas uma nova forma de se relacionar com elas. Entretanto a única palavra de ordem dessas estruturas é que haja versatilidade, ficando a cargo dos subalternos a elas a capacidade de resolver os problemas demandados cotidianamente (Sennet, 2007, p. 63-65).

As consequências que isso tem para a flexibilização do caráter são diversas. Uma delas é expressa pelo “flexitempo”, que é flexibilização da hora do trabalho, cujo conteúdo de liberdade é apenas aparente, pois é “entretido numa nova trama de controle” (Sennet, 2007, p. 67). Sennet acredita que esse processo coloca o trabalho sob o íntimo domínio da instituição, onde a submissão é mais acentuada. Mesmo que não haja uma relação tão próxima com a estrutura da empresa, devido à massificação do meio eletrônico é possível, em instantes, ter acesso a tudo que um empregado que esteja do outro lado do mundo faz. Não ter uma hora para o trabalho seria amoral, implicando em não ter hora para nada, pois o sujeito fica suscetível a ter que se adaptar àquilo que lhe é exigido. Nesse sentido não ter hora para nada significa não poder se enraizar a nada (Sennet, 2007, p. 66-68).

Outra consequência seria “a tolerância com a fragmentação” (Sennet, 2007, p. 68), processo gerador de compromissos fluidos e temporários. Sennet sugere que as mudanças no mundo do trabalho levariam, ao mesmo tempo, tanto a uma clareza ao nível das operações, pois se sabe o que se deve fazer para que determinados mecanismos funcionem (como máquinas e aparelhos eletrônicos), quanto a uma ilegitimidade ao nível emocional, pois qualquer pessoa minimamente instruída pode fazer com que determinados mecanismos funcionem (Sennet, 2007, p. 79).

Desse modo, como resultado decorrente dessa fragmentação é a instauração de uma superficialidade da compreensão do trabalho associada a uma leveza da identidade do trabalhador. Os trabalhadores não possuem qualquer identificação com o seu trabalho, pois tudo lhes é facilitado e quase nada lhes é exigido, a não ser ter que manejar teclas e botões. Decorre desse processo a não identificação com qualquer esfera de sentido, o que, ao nível da sociedade, ocasiona fluidez e, por conseguinte, desestabilização das relações interpessoais (Sennet, 2007, p. 87-88).

A condição de possibilidade dessa sociedade é o ato de correr riscos (Sennet,

2007, p. 88). Pode-se deduzir que a sua teleologia é a sorte – estar no lugar certo na hora certa –, que se perfaz enquanto uma narrativa que justifica tanto o erro quanto o acerto. De acordo com Sennet, a lógica do risco se perfaz pela disponibilidade e atrativos que o sujeito possui. Se esse indivíduo pretende ter algum êxito é preciso seguir essa lógica de se colocar sempre a deriva, ficar pronto e desligado de compromissos de longo prazo, pois, para viver a lógica do risco, é preciso mais que simplesmente oportunidade, é necessário “permanecer na ambigüidade e na incerteza” (Sennet, 2007, p. 99).

Arriscar é central numa sociedade em que ficar parado é sinal de fracasso. A mobilidade é o motor. O que se coloca em jogo é menos o destino que se pode ter do que o fato de partir, ou seja, sair e encarar o risco (Sennet, 2007, p. 102-103). Sennet reafirma isso quando diz que “o risco na vida real é tocada num nível mais elementar pelo temor de deixar de agir, [já que], numa sociedade dinâmica, as pessoas passivas murcham” (Sennet, 2007, p. 103). Ainda enfatiza que “as novas condições de mercado obrigam grandes números de pessoas a assumirem riscos, mesmo sabendo os jogadores que as possibilidades de retorno são tênues” (Sennet, 2007, p. 104). Por fim, ressalta que isso se deve ao imperativo de assumir risco, que foi largamente distribuído na sociedade, sendo o risco “um teste de caráter [onde] o importante é fazer o esforço, arriscar a sorte, mesmo sabendo racionalmente que se está condenado a fracassar” (Sennet, 2007, p. 106).

Essa sociedade flexível, baseada no risco, introduz uma nova ética do trabalho, muito diferente daquela ética em que se enfatizava “o uso autodisciplinado do tempo e o valor da satisfação adiada” (Sennet, 2007, p. 117). A nova ética, ao contrário, é centrada no trabalho em equipe, que envolve um tipo de sensibilidade que exige aptidões delicadas que devem ser aplicadas a essa ética, tais como “ser bom ouvinte e cooperativo”. Entretanto, esse trabalho em equipe, por ser uma “ética de trabalho que serve a uma economia política flexível”, enfatiza a adaptabilidade às circunstâncias. Nesse sentido o *ethos* dessa ética permanece na superfície de toda a experiência, constituindo-se como “a prática de grupo da superficialidade degradante” (Sennet, 2007, p. 118).

Sennet percebe que

o trabalho de equipe enfatiza mais a responsividade mútua que a confirmação pessoal. O tempo das equipes é mais flexível e voltado para as tarefas específicas de curto prazo do que para a soma de décadas caracterizadas pela contenção e a espera.

O trabalho em equipe, porém, nos leva ao domínio da superficialidade degradante que assedia o moderno local de trabalho. Na verdade, o trabalho em equipe deixa o reino da tragédia para encenar as relações humanas como uma farsa (Sennet, 2007, p. 126-127).

Para Sennet (2007, p. 131), as equipes operam no campo da superficialidade das coisas, onde, simplesmente, se deve executar uma tarefa imediata. As características que se exige são, além do conhecimento técnico, o saber ouvir e também ajudar os outros, somando-se a isso “a capacidade instantânea de trabalhar bem com um cambiante elenco de caracteres” e “a capacidade de distanciar-se de relacionamentos estabelecidos e julgar como podem ser mudados”, além de dever apenas “imaginar a tarefa imediata, em vez de mergulhar nas longas histórias de intrigas, traições passadas e ciúmeiras”, correndo o risco de destroçar o desempenho do grupo.

A ética do novo capitalismo depende da aparente simetria interna de suas equipes, mascarando, por isso, os antagonismos que ocorrem dentro dos próprios grupos. Sennet detectou que no trabalho flexível permanece a competitividade interna e as relações de dominação, gerando o que ele definiu por “homem irônico” (Sennet, 2007, p. 138). Esse “caráter irônico [...] torna-se autodestrutivo no mundo moderno; passamos da crença em que nada é fixo para ‘eu não sou inteiramente real, minhas necessidades não tem substância’. Não há ninguém, nenhuma autoridade, para reconhecer nosso valor” (Sennet, 2007, p. 138-139).

Sennet sugere que a lógica dessa nova economia só é confortável a seus senhores, desorientando seus servos, a medida que os compromissos recíprocos são apenas aparentes. Conclui enfatizando que “o problema que enfrentamos é como organizar as histórias de nossas vidas agora, num capitalismo que nos deixa a deriva”. Em sua resposta afirma que o “dilema de como organizar uma narrativa é em parte esclarecido sondando-se como, no capitalismo hoje, as pessoas enfrentam o futuro” (Sennet, 2007, p. 140).

Uma das formas de enfrentar esses dilemas está no “esforço para controlar de fora o funcionamento do novo capitalismo [onde se] deve perguntar o valor da empresa para a comunidade, como ela pode servir mais a interesses cívicos que apenas ao livro-caixa de lucros e perdas” (Sennet, 2007, p. 164). Esse tipo de enfrentamento encontra um *locus* propício para o seu desenvolvimento em agrupamentos, as comunidades, constituídas enquanto anseio despertado pelo fortalecimento do valor do lugar, uma das consequências não pretendidas do capitalismo moderno (Sennet, 2007, p. 165).

Foram as condições emocionais geradas no local de trabalho que animaram o desejo comunitário², levando “as pessoas a buscar outra cena de ligação e profundidade” (Sennet, 2007, p. 165). O reforço do “nós” acabou se configurando como ato de autoproteção, num desejo de comunidade defensivo, “sendo a arquitetura comunal mais importante que as muralhas contra uma ordem econômica hostil” (Sennet, 2007, p. 165). O que se coloca em jogo é o nascimento elementar do social a partir de “senso de mútua dependência” (Sennet, 2007, p. 166).

A nova ordem capitalista havia minado a dependência elevando-a à condição de vergonha, cuja consequência prática foi a corrosão da confiança e do compromisso mútuo, gerando a ausência de laços que podiam ameaçar o funcionamento dos empreendimentos coletivos (Sennet, 2007, p. 170). Em contrapartida, a desestabilização dos laços sociais permitiu que se reagisse, levando muitas pessoas a voltarem-se para a revalorização da confiança, da responsabilidade mútua e do compromisso, palavras expressadas no movimento comunitarista (Sennet, 2007, p. 170).

Sennet (2007, p. 170-171) explica que “esse movimento quer fortalecer os padrões morais, exigir dos indivíduos que se sacrifiquem uns pelos outros, prometendo que, se as pessoas obedecerem a padrões comuns, encontrarão uma força e realização emocional mútuas que não podem sentir como indivíduos isolados”. Todavia, alerta Sennet (2007, p. 170-171), esse movimento “tem um direito de posse bastante dúbio em relação à confiança ou ao compromisso [pois] enfatiza falsamente a unidade como fonte de força numa comunidade, e teme que, quando surgem conflitos, os laços sociais sejam ameaçados”.

O sucesso desse movimento vai depender necessariamente da forma como é internamente estruturado. Sennet defende um esquema de comunidade que é baseado no valor da diferença, que ele chama de conflito. É nessa condição que na comunidade as pessoas podem esforçar-se por comunicar-se, onde “a cena do conflito torna-se uma comunidade, no sentido de que as pessoas aprendem a ouvir e responder umas às outras, mesmo quando mais agudamente sentem suas diferenças” (Sennet, 2007, p. 171).

Concluindo, afirma que “essa visão de ‘nós’ comunal é muito mais profunda

² Para lembrar, essas condições emocionais são: “as incertezas da flexibilidade; a ausência de confiança e compromissos com raízes profundas; a superficialidade do trabalho em equipe; acima de tudo, o espectro de não fazermos nada de nós mesmos no mundo, de não ‘arranjarmos um galho’ com o nosso trabalho” (Sennet, 2007, p. 165).

que a partilha muitas vezes superficial de valores comuns que com freqüência aparecem no moderno comunitarismo” (Sennet, 2007, p. 172). Distante da comunidade da diferença sugerida, o movimento comunitarista está ainda muito próximo das declarações defensivas de solidariedade comunal reativas ao novo capitalismo. Para o sociólogo, “não há comunidade enquanto não se reconhecem diferenças dentro dela” (Sennet, 2007, p. 172).

E a religião com isso? Qual o papel que os grupos religiosos possuem nesse contexto de consequências do novo capitalismo? Sennet indica algumas reflexões. Uma delas diz respeito à posição de aceitação dos novos parâmetros econômicos por parte de adeptos de grupos religiosos. Os adeptos desses grupos enfatizam que a relação com uma dimensão religiosa os levou a serem mais tolerantes e esforçados, por exemplo (Sennet, 2007, p. 156). Nesse sentido a religião ofereceria um serviço ao novo capitalismo, disciplinando os sujeitos para se aplicarem à sua ética de trabalho em equipe. Outro caminho é o reforço comunitário, quando os grupos religiosos decidem se voltar para dentro de si mesmos (Sennet, 2007, p. 156), que num certo sentido age como processo de contestação da ordem vigente, vide as comunidades estudadas por Cecília Mariz (2004). O reforço comunitário, com seu *status* de sociedade inclusiva, pode contribuir ainda para a crítica e transformação da ordem vigente nas relações de trabalho.

Movimento Religioso e Sistema Econômico: uma visão sennetiana

O Movimento dos GOUs permite aos atuais e futuros profissionais que façam uso do grupo de oração como um “espaço de terapia”, “um espaço de refrigério”, um lugar onde se possa sair da racionalidade e entregar-se a uma experiência com Deus, contribuindo com a manutenção das formas de trabalho no novo capitalismo a partir do momento em que a religião passa a ser um instrumento de defesa, que vai ser utilizado sempre que a estrutura cognitiva do sujeito for atemorizada por algum problema da vida cotidiana. Nesse sentido o conteúdo ético apreendido na religião vai ser convertido em uma defesa contra as inseguranças que rondam o mundo do trabalho, onde serão depositadas toda a confiança e auto-estima do sujeito: “Deus é fortaleza contra o desânimo”, “colocar-se na mão de Deus”, “as coisas acontecem no tempo de Deus”.

Muitos jovens se vêem afligidos em relação à inserção no mercado de trabalho.

Para eles este é um mundo ainda incerto. Assim sendo, a religião lhes é apresentada com um modelo formidável para deslocarem do centro de suas vidas a questão do mercado de trabalho e voltarem-se para a oração e experiência religiosa. Entretanto, esta é uma das dimensões do Movimento dos GOUs, que também construirá outras formas de se relacionar com aquele mundo do trabalho problematizado por Sennet.

Outra forma de lidarem com este mundo está na organização de projetos que possam captar os jovens profissionais e futuros profissionais integrantes do Movimento. Organizam cursinhos pré-vestibulares em regiões carentes (Pereira, 2003) e projetos de extensão junto às universidades (Rosa, 2007). Em Juiz de Fora eles desenvolvem o Projeto Campinho, que atente uma comunidade da cidade através do desenvolvimento de cursos e apoio psicológico, pedagógico e jurídico. Uma das propostas deste projeto é fazer com que os jovens dos GOUs se inclinem para um trabalho social e ao mesmo tempo se capacitem para vida profissional, a medida que ganham experiência no desenvolvimento de atividades e criação de projetos, que no caso do Projeto Campinho, são aplicados a realidade da comunidade.

Por outro lado esses projetos inculcam nos jovens todos aqueles ideais de trabalho em equipe e cooperativismo acentuado pelo novo capitalismo. A sensibilidade adquirida no trabalho comunitário pode lhes capacitar e ser um diferencial na hora de procurarem um emprego. Assim, acabam fazendo da religião um “algo mais” no campo da concorrência no mundo trabalho, já que o jovem sai dos projetos do Movimento preparado e treinado, mesmo que sem intenção, na lógica do mercado com a qual vai se defrontar.

Mas se este jovem resolve não competir no mercado trabalho, por achar sua lógica nefasta, pode encontrar no próprio Movimento e/ou na RCC formas de se manter do ponto de vista financeiro. Esta é uma tendência que deva ser levado em conta. Uma jovem formada em Letras, participante dos GOUs, saiu da universidade para trabalhar em outra comunidade do catolicismo carismático, o que pode levar a pensar que a formação profissional complementar introduzida nos projetos do Movimento dos GOUs pode levar muitos jovens a assumir funções dentro de outras comunidades. Pode-se pensar ainda na possibilidade dos projetos do Movimento se desenvolverem e criarem uma comunidade inclusiva, onde grande parte dos participantes podem encontrar oportunidades para a realização profissional.

Outra tendência que deve ser acentuada diz respeito ao potencial libertário contido na formação profissional complementar dos GOUs. A ética apreendida pode tomar uma consequência social, conquanto que implique numa redefinição da ação, orientando-a para a transformação da realidade da esfera do trabalho. Os trabalhos sociais dos GOUs motivam os jovens a uma prática profissional engajada com o meio, visando contribuir para a sua transformação. Um jovem, fazendo o balanço das atividades do projeto social dos GOUs, argumentou que se lembrava

do sorriso sincero dos moradores da comunidade, e do companheirismo que estamos traçando. Me lembro da alegria das crianças na sua brincadeira de aprender a viver. Me lembro das nossas conversas descontraídas com os adultos, nas quais estamos aprendendo a pensar cada vez mais em comunidade. E nas idéias que vêm brotando neles, buscando meios de viverem melhor, de terem corpo são e mente sã, de se relacionarem melhor entre si. Aprendendo a gostar de si mesmos, a falar e a ouvir. A buscar seus direitos, a reconhecer seus deveres. A tomar atitudes críticas ao invés de ver a vida passar. E a nos ensinar que por mais que a ciência nos dê toda a base necessária para o servir, a teoria que aprendemos na faculdade, na prática, é outra.

Isso expressa o potencial que os membros dos GOUS, universitários católicos-carismáticos, acreditam ter o seu trabalho profissional, o que pode levar os jovens, uma vez inseridos no mercado de trabalho, a buscarem modificar as estruturas das empresas e dos sistemas administrativos e produtivos. Desse modo personificariam o ideal comunitário que, ao invés de se fechar em si mesmo, coloca-se em relação com o mundo exterior procurando miná-lo e mudá-lo em sua composição e caráter. Evidentemente que será preciso tempo para saber quais as consequências concretas da prática deste Movimento, podendo-se apenas apontar algumas tendências que vem sendo expressas nos horizontes do Movimento ao longo dos seus 14 anos de existência.

O que permite pensar essa dimensão libertária no interior dos GOUs é a introdução que se faz em seu interior da ideia de profissão como vocação, levando-os a propor um modelo de profissional que não se rende à sociedade reconhecida como espaço de corrupção moral, política, econômica e que faça desse mundo um lugar de demonstração da graça recebida. Entretanto, para esses jovens “o trabalho não é o meio, por excelência, de se certificar da graça, mas sim o cumprimento de uma vontade de Deus (que distribui dons para cada um) voltada para o bem da comunidade” (Nóbrega, 2007, p. 94). Desse modo pode-se compreender a defesa efetuada nos GOUs de uma ação evangelizadora que possa “promover o surgimento de um profissional mais humano e ético” (Nóbrega, 2006, p. 18).

Essa ética “é entendida como comprometimento do indivíduo com os princípios morais de comportamento, com a honestidade, a justiça, a solidariedade, o envolvimento profissional em termos de prestação de serviços especializados e de relacionamentos” (Alvarenga, 2002, p. 121-122). O que se coloca em jogo para esse universitário católico-carismático é a promoção do “bem do irmão e da sociedade como fundamental no exercício de suas atividades” (Nóbrega, 2006, p. 18).

O tipo de profissional projetado pelos GOUs tem que ser exemplar, voltado para a sociedade (Rosa, 2007, p. 23-25), se colocando de forma atenta perante os problemas cotidianos (Santos, 2004, p. 198) e ter a “capacidade de exercer suas atividades tendo como base a ética cristã” (Rosa, 2004, p. 51). Propondo um perfil profissional marcadamente compromissado com a ética e a moralidade que envolve o próximo, o Movimento dos GOUs age sobre o universitário levando-o a projetar-se como profissional voltado para o mundo, agindo no sentido de transformá-lo pela sua prática renovada (Alvarenga, 2002, p. 131), criando “focos de contestação ao modo de vida hegemônico” (Freire Costa, 2004, p. 86).

Bibliografia

ALMEIDA, Loriza Lacerda. A juventude universitária e a nova sociabilidade: continuidade ou ruptura?. In: *Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra*, 2004. (mimeo).

ALVARENGA, Elizabeth Gomes. *A religiosidade de universitários católicos carismáticos em Viçosa*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – UFV, Viçosa, 2002.

BIRMAN, Patrícia. Modos periféricos de crença. In: SANCHIS, Pierre (org.). *Catolicismo: unidade religiosa e pluralismo cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

CAMURÇA, Marcelo. *Ciências sociais e ciências da religião: polêmicas e interlocuções*. São Paulo: Paulinas, 2008.

_____. Um tradicionalismo na linguagem virtual?: o catolicismo carismático-midiático. *Encontro Anual da ANPOCS*, 2007.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. Jovens Universitários. In: SPOSITO, Marillia Pontes (coord.). *Juventude e escolarização (1980-1998)*. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002.

FREIRE COSTA, Jurandir. Perspectivas da juventude na sociedade de mercado. In:

Regina Novaes; Paulo Vannuchi, (Org.). *Juventude e sociedade - Trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2004.

GABRIEL, Eduardo. *A evangelização carismática católica na universidade: o sonho do grupo de oração universitário*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – CECH, UFSCAR, São Carlos, 2005.

GIUMBELLI, Emerson. *O fim da religião*. São Paulo: Attar, 2002.

NOBREGA, Adilson Rodrigues. Carisma e razão: um olhar sobre as práticas católicas carismáticas de estudantes nas universidades cearenses. In: *Trabalho apresentado à 25ª Reunião da ABA*. Goiânia, 2006.

_____. *Profissionais do Reino: novo ethos católico na universidade cearense*. Dissertação de Mestrado (Ciências Sociais), UFC, 2007.

PEREIRA, Ariana. *Há fé na terra da razão*, 2003, (Mimeo).

PROCÓPIO, Carlos E. P. RCC e Universidade. In: CARRANZA, Brenda; MARIZ, Cecília; CAMURÇA, Marcelo. *Novas linguagens no catolicismo*. Aparecida: Idéias e Letras, 2009.

ROSA, Alessandra Cristina. *A Renovação Carismática Católica no espaço laico: um estudo sobre o Grupo de Oração Universitário (GOU)*. Dissertação de Mestrado em Ciência da Religião – ICH, UFJF, Juiz de Fora, 2007.

SANTOS, Ivna Sá dos. *Daí-lhes vós mesmos de comer: um livro histórico testemunhal do Projeto Universidades Renovadas*. Belo Horizonte: Itapuã Editora e Gráfica, 2004.

SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2007.

SILVA, Bernadete França Albano. *Grupo de Oração Universitário (GOU) na Universidade Católica de Goiás: uma análise sociológica*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião – UCG, Goiânia, 2001.

SILVEIRA, Emerson José Sena da. O ‘pop’ no espírito: festa, consumo e artifício no movimento carismático/pentecostal. In: CAMURÇA, Marcelo. *Festa e Religião: imaginário e sociedade em Minas Gerais*. Juiz de Fora: Templo Editora, 2003, pp.137-158.